

Empreendedorismo para sair da crise

Ser MEI permite formalizar a atividade profissional e criar uma fonte de renda estável

Marcia Dessen

Planejadora financeira CFP ("Certified Financial Planner"), autora de "Finanças Pessoais: O Que Fazer com Meu Dinheiro"

Se você quer começar um negócio ou já trabalha por conta própria, como o jardineiro Davi, e fatura até R\$ 81 mil por ano, pode ser um MEI (Microempreendedor Individual).

Davi é jardineiro independente, cuida das plantas como poucos, gosta do que faz e as plantas ficam bonitas e viçosas, agradecendo os cuidados que recebem. Tem a chance de ser contratado para cuidar do jardim de um condomínio residencial, que só contrata fornecedores com CNPJ que emitam nota fiscal.

Ao invés de perder essa oportunidade de trabalho, Davi resolveu se informar melhor a respeito de se tornar um microempreendedor individual (MEI). Não se trata de um caso isolado, no primeiro semestre deste ano, mais de um milhão e meio de microempresas foram abertas.

Descobriu que além de faturamento anual limitado a R\$ 81mil é preciso trabalhar em atividade permitida para registro como MEI; não ter participação em outra empresa como sócio ou titular; não ter mais de um funcionário contratado.

Está animado com a perspectiva de formalizar sua atividade profissional. Ter CNPJ para emitir notas fiscais tende a ampliar a quantidade de clientes e permitirá a abertura de uma conta bancária como pessoa jurídica com acesso a empréstimos com taxas mais atrativas, como no Banco do Povo, em São Paulo, por exemplo.

Terá, ainda, direito aos benefícios previdenciários do governo: aposentadoria por idade, salário maternidade, auxílio-doença, aposentadoria por invalidez para o MEI, pensão

por morte e auxílio-reclusão para seus familiares.

Davi não tardou a encontrar a informação que queria a respeito dos custos relativos a impostos e outros encargos. Os impostos para o MEI são especiais. Além de um valor baixo, ele é fixo, não depende do faturamento, gira em torno de R\$60/mês.

O microempreendedor paga R\$5 de ISS se a atividade for serviço, R\$1 de ICMS se for comércio ou indústria, e 5% do salário-mínimo para o INSS. Uma vez por ano o valor é atualizado, acompanhando a va-

riação do salário-mínimo.

O Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS) permite ao empresário recolher os impostos mensalmente. Pode fazer tudo sozinho, pela internet, não sendo necessário contratar um contador para fazer isso.

A abertura do MEI é totalmente gratuita e não é preciso intermediários, evite acessar sites que oferecem esse serviço. Verifique se o site tem o domínio gov.br. Acesse o portal www.gov.br/empresas-e-negocios e clique em "Empreendedor".

O portal oficial do MEI também oferece informações sobre o CREDMEI - Programa de Simplificação do Acesso a Produtos e Serviços Financeiros para o MEI, com acesso a soluções financeiras que ajudam a empresa a crescer.

Se o empresário for bem-sucedido e o faturamento ultrapassar o limite de R\$81.000,00, o MEI passa a recolher o imposto Sim-

ples Nacional como microempresa, com percentuais iniciais de 4%, 4,5% ou 6% sobre o faturamento do mês, conforme as atividades econômicas exercidas.

A Declaração Anual do Simples Nacional (DASN-Sime) é gratuita e garante a manutenção dos benefícios do MEI. É obrigatória e pode ser preenchida no site da Receita Federal, com dados referentes ao ano-calendário anterior da empresa. O recibo da declaração servirá como comprovante do faturamento da empresa.

Não há impedimento de que uma pessoa endividada, com apontamento no SPC ou Serasa, por exemplo, possa ter um CNPJ MEI, e essa pode ser uma solução para formalizar a atividade, criar uma nova fonte de renda e equilibrar as finanças. Com talento, criatividade e organização, pode ser uma boa estratégia para sair da crise e evoluir profissionalmente. marcia.dessen@gmail.com

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcia Dessen, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecilia Machado | QUA. Helio Beltrão | QUI. Cida Bento, Solange Srouf | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Entenda como ganhar com a alta do dólar no cenário com mais risco

Moeda americana avança 5% em 2021; refletindo fragilidades na economia e incerteza na política

Clayton Castelani

SÃO PAULO Dólar e Bolsa costumam ser bons termômetros para medir o risco de um país. O primeiro sobe e o segundo cai quando investidores visualizam problemas no cenário econômico ou político. No Brasil, a recuperação do crescimento no pós-pandemia tem sido revisada para baixo e o clima de disputa eleitoral antecipada turva o cenário, afetando esses dois indicadores.

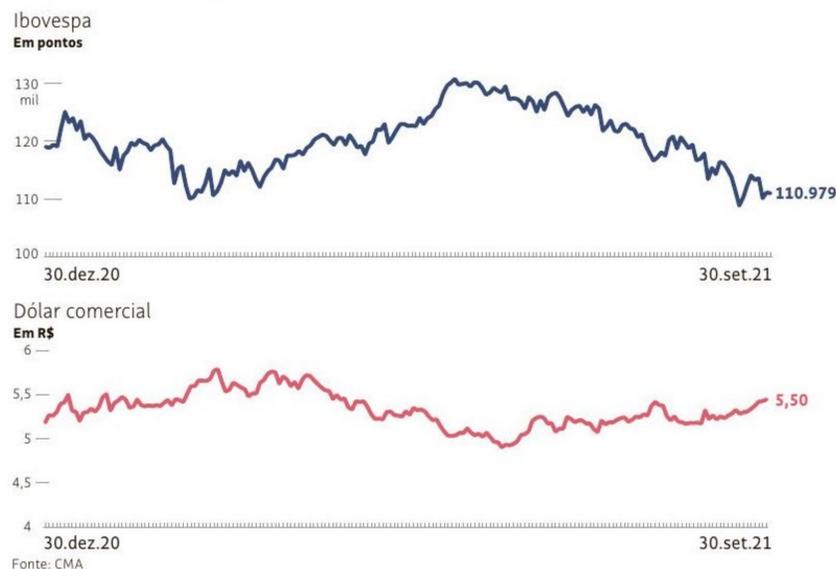
O dólar comercial subiu 5% entre janeiro e setembro deste ano, enquanto o Ibovespa, índice de referência da Bolsa de Valores brasileira, caiu 6,75% no mesmo período.

Segundo analistas, oscilando perto da casa dos R\$ 5,40 há duas semanas, a moeda americana tende a continuar em alta nos próximos meses diante da permanência dos principais fatores que levam investidores a buscar segurança na divisa, como a crise política interna e o avanço da inflação nas principais economias do mundo.

Nesse contexto, o investidor que se sente confortável em lidar com mercados de risco poderá tirar proveito – ou conseguir alguma proteção – durante essa turbulência se dedicar mais atenção ao dólar.

Além da compra da moeda em si, existem ao menos quatro modalidades para atender a essa finalidade e que são facilmente contratadas por

Bolsa e dólar em 2021



meio de corretoras de valores ou instituições financeiras, segundo Zeller Bernardino, especialista em câmbio da Valor Investimentos.

Entre as opções mais populares vinculadas ao dólar no momento estão as BDRs, sigla para Brazilian Depositary Receipts, recibos emitidos por instituições financeiras brasileiras com rendimento vinculado ao de ações de empresas estrangeiras. Com as BDRs, o investidor brasileiro pode, por assim dizer, dolarizar as suas operações, obtendo par-

ticipação em empresas como Apple e Disney, por exemplo. Outra possibilidade para ter acesso ao rendimento de ativos em dólar são os ETFs, sigla para Exchange Traded Funds, que é basicamente um fundo de investimento que acompanha índices acionários no exterior.

O IVVB11, por exemplo, replica a rentabilidade do S&P 500, que é o índice de referência do mercado acionário americano por reunir as principais empresas do país, como Google, Facebook e Microsoft.

Por ser uma modalidade de fácil acompanhamento, as ETFs costumam ser recomendadas a investidores que estão iniciando a exploração do mercado no exterior.

Ganhos com a alta da divisa americana também podem ser obtidos via fundos que aplicam em ativos em dólar, os chamados fundos dolarizados.

Na cesta de investimentos desses fundos pode haver cotas de outros fundos no exterior, ações de companhias estrangeiras, ETFs e BDRs, por exemplo. A escolha varia con-

“O dólar oscila muito e, para quem é conservador, há opções na renda fixa, que também podem oferecer ganhos no atual contexto de elevação de juros

Zeller Bernardino
especialista em câmbio da Valor Investimentos

forme os objetivos perseguidos pelos gestores.

Para uma aposta diretamente ligada ao câmbio, sem utilizar as aplicações em Bolsa de Valores como veículo, o investidor conta com os fundos cambiais.

Nesse caso, o fundo operado por uma instituição financeira aplica em derivativos de títulos de moeda estrangeira, e não diretamente no dólar ou qualquer outra moeda.

Para investidores com apetite para o risco, a recomendação neste momento é a alo-

cação de 15% a 20% da carteira em ativos internacionais.

A opção por ativos vinculados ao dólar, porém, expõe o investidor a um risco duplo: além da oscilação do câmbio, há também a exposição ao ativo incluído na carteira, como a ação de uma empresa ou índice.

“Não são aplicações para pessoas de perfil conservador, que ficam desconfortáveis quando observam a carteira balançando com o mercado”, diz Bernardino.

“O dólar oscila muito e, para quem é conservador, há opções na renda fixa, que também podem oferecer ganhos no atual contexto de elevação de juros”, afirma.

Cabe destacar que opções vinculadas a índices ou empresas americanas, independentemente do câmbio, se mostraram vantajosas em relação à Bolsa brasileira em 2021.

De janeiro a setembro, enquanto o Ibovespa caiu quase 7%, os índices Dow Jones, S&P 500 e Nasdaq avançaram 10,58%, 14,58% e 12,11%, de acordo com dados da Bloomberg.

Esses mesmos índices, porém, operam em viés de baixa neste momento devido à expectativa de redução da compra de ativos e elevação dos juros básicos pelo governo americano, medidas que devem ser adotadas para desacelerar a inflação.

Setembro foi mês de pressão cambial. Apesar da baixa de 1,48% nesta sexta-feira (1º), o dólar apenas devolve parcialmente os ganhos recentes, evidenciando o prêmio de risco maior cobrado pelo investidor diante dos problemas do país.

A divisa acumulou alta de 3,11% nas últimas sete sessões de setembro, a mais longa série de ganhos desde os oito pregões de aumento entre o fim de junho e início de julho. O preço do ativo repercutiu a combinação de riscos globais e domésticos.

Investimentos ESG vão ganhar regras para identificação

SÃO PAULO A Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) definiu regras para

a identificação de fundos de investimentos sustentáveis. A proposta, que está sob avaliação dos associados por meio de audiência pública, procura atender à crescente demanda de investidores por produtos ESG, que consideram aspectos ambientais, sociais e de governança nas análises de investimento.

Os fundos que possuem o investimento sustentável como objetivo passarão a utilizar o sufixo IS (Investimento Sustentável) no nome. Os que integram os aspectos ESG no processo de gestão, mas não têm o investimento sustentável como objetivo principal, não poderão utilizar a sigla, mas poderão informar a prática em materiais de divulgação.

De acordo com informações publicadas na sexta-feira (1º) no site da Anbima, a audiência pública iniciada em 20 de setembro receberá sugestões até 29 de outubro por plataforma exclusiva a associados ou pelo email audiencia.publica@anbima.com.br.

“É preciso evitar um crescimento desordenado dos investimentos ESG no Brasil, o que seria prejudicial à indústria de fundos e ao investidor. Estamos alinhados a outras jurisdições globais que também buscam dar mais transparência a estes produtos”, afirma Carlos Takahashi, vice-presidente e coordenador do grupo consultivo de sustentabilidade da Anbima, na nota publicada pela associação.

A classificação de fundos atualmente em vigor tem uma subcategoria sustentabilidade/governança para fundos de ações. Entretanto, a entidade afirma que os há fundos de todas as classes que de alguma forma se denominam verdes, sustentáveis ou ESG em quantidade de vezes maior do que os incluídos nessa subcategoria.

Com os novos critérios, um fundo para ser considerado sustentável terá também que ter processos e metodologias que atestem seu compromisso e constante monitoramento da carteira.

Também foram definidos padrões mínimos para os gestores dos fundos sustentáveis, ou seja, para que um fundo

possa ser identificado como sustentável, será necessário observar não somente os requisitos definidos para o fundo em si, mas também para o gestor. É preciso, por exemplo, que ele tenha ferramentas adequadas para avaliar os produtos ESG, equipes treinadas no tema e processos definidos para monitorar o desempenho.

“Com esta estrutura, na nossa visão, estamos contribuindo para que os gestores de fundos ESG sigam, efetivamente, seus objetivos e compromissos socioambientais e de governança”, complementa Takahashi.

Para utilizar a denominação IS no nome, o fundo terá que ter o objetivo de investimen-

to sustentável como mandato. A carteira deve estar alinhada ao propósito e nenhum investimento pode comprometer-lo. Segundo a Anbima, os requisitos definidos para o registro de um fundo IS são robustos e visam assegurar o máximo de transparência dos produtos.

Além do objetivo estabelecido no regulamento, para o fundo IS será necessária a definição e divulgação da estratégia, metodologia e dados que dão suporte à gestão da carteira, assim como a realização de ações de diligência para a aferição dos objetivos.

Caso utilize índices como referência, eles precisam estar alinhados aos compromissos sustentáveis. CC

